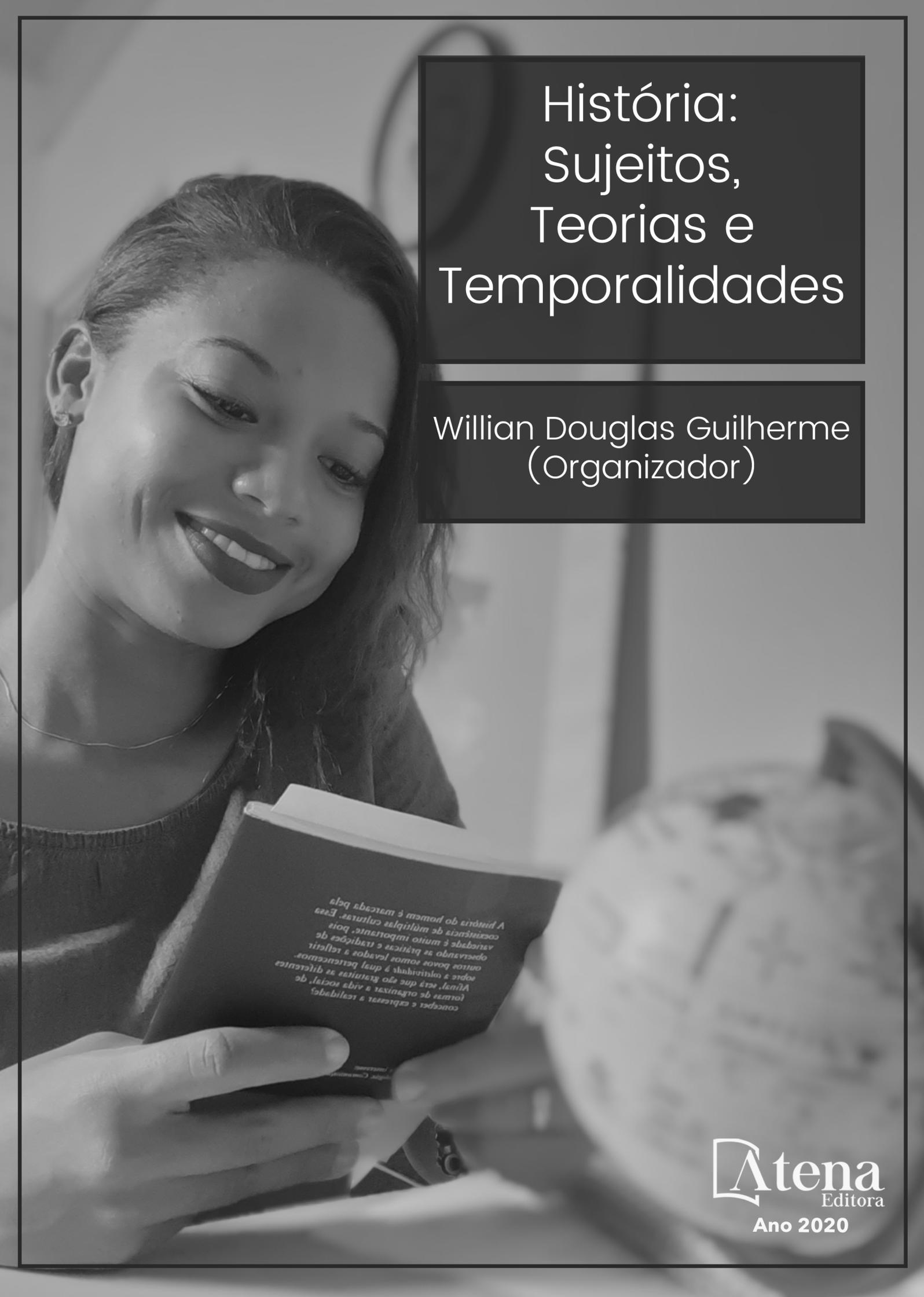


História: Sujeitos, Teorias e Temporalidades

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2020



História: Sujeitos, Teorias e Temporalidades

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

 **Atena**
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Camila Alves de Cremo

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
H673	<p>História [recurso eletrônico] : sujeitos, teorias e temporalidades / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia. ISBN 978-65-5706-154-1 DOI 10.22533/at.ed.541200107</p> <p>1. História – Pesquisa – Brasil. 2. Historiografia. I. Guilherme, Willian Douglas.</p> <p style="text-align: right;">CDD 907.2</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

No e-book “História Sujeitos, Teorias e Temporalidades”, foram reunidos quinze artigos que fazem um debate historiográfico em torno dos sujeitos, teorias e temporalidades. Os artigos foram dispostos em cinco grupos.

No grupo um, são três artigos. O primeiro, trazendo um novo olhar sobre a colonização da então capitania de Minas Gerais no século XVIII. O segundo, discute a Lei de Terras em 1850, transitando entre as famílias ricas e pobres. O terceiro, fala sobre o movimento integracionista europeu a partir da segunda metade do século XX.

No grupo dois, os artigos discutem o sofrimento em Nietzsche, o sujeito moderno em Voltaire e o papel da memória como fonte para a história.

No terceiro grupo, são quatro artigos. O primeiro apresenta a investigação baseada na obra de Gustavo Barroso e propõe um estudo dos termos patriotismo e nacionalismo. O segundo texto traz uma reflexão sobre educação patrimonial tendo como su eito, inusitadamente, o Exército Brasileiro. O terceiro, ressalta a atuação do ex-Senador Eduardo Suplicy com referência aos temas cidadania e Programa de Garantia de Renda Mínima. Por fim, são trazidas as influências sofridas por Sérgio Buarque de Holanda em parte de suas obras.

Para o quarto grupo iniciamos com um estudo baseado nos diários de campo de Frederick Starr em suas viagens comerciais ao Congo nos anos de 1905 e 1906. Seguimos com um interessante estudo que entrelaça religiosidade e Marco (Colonial) de Touros, de 1501, localizado no Rio Grande do Norte. Fechando este grupo, um estudo de caso realizado entre os anos de 2012 e 2014, na cidade Cachoeira da Serra/PA, demonstrando o avanço da “contra-reforma-agrária” sobre a Amazônia.

O quinto grupo fechamos com dois artigos. Iniciando com um texto provocante sobre os lugares de sociabilidade em Recife na segunda metade do século XIX. E fechando o quinto grupo e a obra, é apresentada a Companhia Têxtil Brasil Industrial, então localizada na cidade de Paracambi/RJ e sua importância para a história da cidade e do Brasil.

Desejo boa leitura a todos!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A FACE OCULTA DA COLONIZAÇÃO: MEDIDAS DE CONTENÇÃO À MISCIGENAÇÃO NA CAPITANIA DE MINAS GERAIS (1719-1732)	
Hilton César de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.5412001071	
CAPÍTULO 2	12
A LEI DE TERRAS DE 1850 NO CENTRO DA DISCUSSÃO: UM ELO COERCITIVO SOBRE AS FAMÍLIAS LIVRES E POBRES	
Leandro Neves Diniz	
DOI 10.22533/at.ed.5412001072	
CAPÍTULO 3	23
A INTEGRAÇÃO EM DISPUTA: MOVIMENTO HISTÓRICO E PERSPECTIVAS SOBRE O PROCESSO INTEGRACIONISTA EUROPEU	
Daniel Wanderley Caliman	
DOI 10.22533/at.ed.5412001073	
CAPÍTULO 4	35
O PROBLEMA DO SOFRIMENTO EM NIETZSCHE	
Gabriela Ferraz Costa	
DOI 10.22533/at.ed.5412001074	
CAPÍTULO 5	49
O SUJEITO MODERNO EM VOLTAIRE	
Dagmar Manieri	
Elias Rocha Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.5412001075	
CAPÍTULO 6	58
TEMPO, MEMÓRIA E ESQUECIMENTO: REFLEXÕES SOBRE AIMÉ BOMPLAND	
Alessandra da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.5412001076	
CAPÍTULO 7	64
PERSONIFICAR A NAÇÃO – NARRATIVA HISTÓRICA E ESCRITA BIOGRÁFICA EM GUSTAVO BARROSO	
Erika Morais Cerqueira	
DOI 10.22533/at.ed.5412001077	
CAPÍTULO 8	74
REFLEXÕES SOBRE OS LUGARES DE MEMÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: AS INICIATIVAS DO EXÉRCITO BRASILEIRO	
Ivan de Freitas Vasconcelos Junior	
DOI 10.22533/at.ed.5412001078	

CAPÍTULO 9	86
A CIDADANIA E O PROGRAMA DE GARANTIA DE RENDA MÍNIMA: AS IDEIAS DO SENADOR INTELECTUAL EDUARDO SUPLICY (1990-2006)	
Glauber Eduardo Ribeiro Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.5412001079	
CAPÍTULO 10	96
SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA: ENTRE O HISTORICISMO ALEMÃO E OS ANNALES	
André Augusto Abreu Villela	
DOI 10.22533/at.ed.54120010710	
CAPÍTULO 11	113
COMÉRCIO, CONHECIMENTO E CULTURA: AS SOCIEDADES CENTRO-AFRICANAS NO INÍCIO DO SÉCULO XX A PARTIR DOS TESTEMUNHOS DE FREDERICK STARR	
Paulo Roberto Firmino Marques	
DOI 10.22533/at.ed.54120010711	
CAPÍTULO 12	126
O MARCO DE TOUROS: UM SÍMBOLO DA RELIGIOSIDADE POPULAR	
José Willians Simplício da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.54120010712	
CAPÍTULO 13	141
TERRITORIALIDADE, IDENTIDADE E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO SUDOESTE PARAENSE	
Karina Andréa Tarca	
DOI 10.22533/at.ed.54120010713	
CAPÍTULO 14	154
RESTAURANTES E CAFÉS: OS LUGARES DE SOCIABILIDADES E GASTRONOMIA NO RECIFE DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX	
Eliza Brito Santos	
DOI 10.22533/at.ed.54120010714	
CAPÍTULO 15	167
UMA PROPOSTA PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL DA <i>COMPANHIA TÊXTIL BRASIL INDUSTRIAL</i> EM PARACAMBI - RJ	
Angelissa Tatyane de Azevedo Silva	
Davi Pereira Romeiro Neto	
DOI 10.22533/at.ed.54120010715	
SOBRE O ORGANIZADOR	184
ÍNDICE REMISSIVO	185

RESTAURANTES E CAFÉS: OS LUGARES DE SOCIABILIDADES E GASTRONOMIA NO RECIFE DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Data de aceite: 01/06/2020

Data de submissão: 27/02/2020

Eliza Brito Santos

Mestre em História pela Unicap

Recife – Pernambuco

<http://lattes.cnpq.br/1330446806623374>

RESUMO: Este trabalho tem o objetivo de apresentar os principais restaurantes e cafés do Recife da segunda metade do século XIX e a relação que estes espaços de convivência possuíram com o processo de modernização da cidade. A capital pernambucana passava por um momento de crescimento, baseado nos moldes europeus de modernização como sinônimo de progresso, desde o primórdios do Oitocentos. Em meados do século XIX, os restaurantes e cafés começaram a surgir na cidade como espaços de sociabilidades “modernos”, adequados aos novos tempos. Estudar estes espaços de gastronomia e sociabilidades nos ajuda a entender o Recife do período, além de resgatar a memória afetiva da cidade, partindo do princípio de que a gastronomia é um importante indício para o estudo sociocultural de um povo.

PALAVRAS-CHAVE: História. Gastronomia. Recife. Sociabilidades. Memória

RESTAURANTS AND COFFES: THE PLACES OF SOCIABILITIES AND GASTRONOMY IN RECIFE DURING THE SECOND HALF OF THE 19TH CENTURY

ABSTRACT: This paper aims to present the main restaurants and cafes in Recife during the second half of the 19th century and the relationship between them and that the modernization process of the city. The capital of Pernambuco was going through a period of growth, based on the European’s logic of modernization as a synonym for progress, since the early nineteenth century. In the middle of the 19th century, restaurants and cafes began to appear in the city as spaces of “modern” sociability, adapted to the new times. Studying these spaces of gastronomy and sociability helps us to understand how was the city and to rescuing the affective memory of it, assuming that gastronomy is an important indication for the sociocultural study of a people.

KEYWORDS: History. Gastronomy. Recife. Sociabilities. Memory

O Recife da segunda metade do

Oitocentos passava por transformações que modificavam o espaço urbano e os hábitos dos moradores da cidade. A ideia de uma capital moderna, adequada aos novos tempos, começa a se desenhar no começo do século XIX, e vem baseada numa lógica europeia de civilidade, na qual o moderno era sinônimo de ordem, progresso, cientificidade.

O conceito de moderno, até a Idade Média, era relacionado ao que é novo, no sentido de recente. Mas, as revoluções burguesas (Revolução Industrial inglesa e Revolução Francesa) e a lógica capitalista vão trazer a concepção de moderno como sinônimo de civilidade e de progresso, conceito que vai ser utilizado pelas elites mundiais para justificar as reestruturações urbanas de cidades da Europa e das Américas.

A ideia do progresso, construída no século das luzes, modificava a própria concepção de tempo. A história parecia avançar, linearmente, decifrando enigmas, tendo o destino nas suas mãos, esquecendo-se de Édipo. Estamos aqui navegando por entre as fantasias e as afirmações daqueles inventores do discurso vitorioso e suas interpretações, às vezes, alucinadamente otimistas com relação às metamorfoses presentes e futuras. (REZENDE, 2016, p.146)

A Revolução Industrial e o sistema capitalista iriam determinar novas formas de produção econômica, consumo, e divisão social do trabalho, gerando também novas necessidades econômicas e um novo modelo de sociedade. Os avanços técnicos e científicos do final do século XVIII e início do século XIX, com as revoluções burguesas e a filosofia do iluminismo, passam a ser norteadores de um pensamento que pregava a progressão contínua da humanidade, na qual não haveria retrocessos. Os avanços tecnológicos, símbolos do progresso, eram um termômetro do grau de civilidade de uma sociedade.

O sociólogo alemão Nobert Elias, em seu livro *O Processo Civilizador*, traz a concepção de que o conceito de civilização está vinculado a uma vasta gama de aspectos sociais, como nível de tecnologia, maneiras, conhecimentos científicos, religiosidade, costumes. Para ele, o conceito de civilização expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo. O Ocidente sendo entendido como a Europa. Elias (2011) defende que o conceito de civilização resume tudo em que a sociedade ocidental moderna, dos últimos dois ou três séculos, se julga superior a sociedades antigas ou a sociedades contemporâneas que ele batizou de “mais primitivas”. “Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão do mundo, e muito mais.” (ELIAS, 2011, p.23). Essa concepção civilizadora seria justificativa para a dominação de outros povos “menos civilizados” por parte do “mundo civilizado”, ou seja, europeu. Para Elias, o processo civilizatório estaria em constante evolução.

Na verdade, nossos termos “civilizado” e “incivilizado” não constituem uma antítese do tipo existente entre o “bem” e o “mal”, mas representam, sim, fases de um desenvolvimento que, além do mais, venham despertar em nossos descendentes um embaraço semelhante ao que, às vezes, sentimos ante o comportamento de nossos ancestrais. (ELIAS, 2011,

Essa busca do novo, da ruptura com o passado, será mais forte nas cidades, local onde o sistema capitalista consegue imprimir sua lógica modernizadora com mais veemência. A ascensão da burguesia na Europa, no final do Setecentos, com o desenvolvimento do capitalismo e o domínio da razão - a partir do momento que o conhecimento se desprende do campo religioso - vai constituir o que chamamos de modernidade. Para o filósofo estadunidense Marshall Berman, o mundo moderno é representado pelo modernismo, no âmbito cultural, e pela modernização, no plano econômico e político. O pesquisador defende que um dos fatos mais marcantes da vida moderna é exatamente a fusão das forças materiais e espirituais “a interdependência entre o indivíduo e o ambiente moderno” (BERMAN, 1992, p.129). Para Berman, a ideia de Baudelaire de que os grupos mais dinâmicos e inovadores na vida econômica e política serão os mais abertos à criatividade intelectual e artística, é uma visão que “encara as mudanças econômicas e culturais como progresso humano sem obstáculos” (BERMAN, 1992, p.133). Mas a necessidade de mudança constante, trazida com a noção de modernização revestida de conceitos glamorosos como progresso, civilização, e cientificidade, veio acompanhada de perigos e atrocidades. Culturas foram massacradas com a justificativa de que eram anacrônicas e, por isso, representavam um empecilho à modernização. Equívocos como a negação do passado e a destruição da tradição foram benéficos para os povos imperialistas, “os vencedores que inventavam e consagravam o novo, mas não se desfizeram das suas próprias tradições” (REZENDE, 2016, p.146). Mesmo assim, no século XIX, será esta visão eurocêntrica de progresso e civilidade, como quase sinônimos do moderno, benéfica para os povos “civilizados”, europeus, que precisavam desse conceito para garantir seu domínio sobre tantos outros povos “incivilizados”, que irá garantir as transformações urbanas modernizadoras na Europa e nas Américas.

As mudanças no espaço urbano do Recife, na segunda metade do século XIX, vão ser realizadas por meio desta lógica higienista, cientificista e de progresso, e estão relacionadas a questões políticas, sociais e culturais. Em meados dos Oitocentos, as transformações estruturais pelas quais o Recife passava estavam relacionadas a questões de higiene e de saúde pública, na busca por uma cidade limpa e ausente de epidemias. “Esgotamento e drenagem sanitária, transporte coletivo e redesenho da cidade à luz de tais melhoramentos eram ideias que chegavam com os formandos em medicina e engenharia na Europa.” (MENEZES, 2015, p.109). A paisagem urbana se modificava, com obras modernizantes que, na prática, tinham o objetivo de higienizar e branquear a urbe, afastando os pobres e os negros dos centros urbanos, colocando-os cada vez mais nas áreas periféricas, como explica o historiador Frederico Toscano:

O novo arranjo político e social clamava por intervenções na paisagem urbana, com os engenheiros como símbolos desse avanço pragmático, pondo em prática teorias higienistas que visavam a livrar as grandes cidades de uma insalubridade tanto física

quanto moral. Buscava-se não apenas drenar, aterrar, derrubar e construir, mas também “branquear” a urbe, movendo os pobres, os desvalidos, os loucos, os boêmios, os bêbados, os pretos e outros personagens “perigosos” para uma crescente periferia, abrindo espaço para uma cidade verdadeiramente moderna. (TOSCANO, 2014, p.83)

O processo de modernização do Recife, dessa forma, caminhava junto com a ampliação da área urbana. A capital crescia para o subúrbio e as distâncias entre o centro e as áreas periféricas aumentavam. Na primeira metade do Oitocentos, o Recife era formado pelos bairros: do Recife, região do porto; de Santo Antônio, também conhecido como Ilha de Antônio Vaz; e da Boa Vista. “Esse três bairros são três ilhas, ou quase isso. O Recife propriamente dito (onde fica o porto) estava unido a Olinda por um istmo de areia de praia, que nos anos de ressaca braba era atravessado pelo mar”. (CARVALHO, 2010, p.22). A cidade era formada por estes três bairros e todo o resto eram povoações, os arredores do Recife. Como é possível perceber, a própria configuração geográfica da capital pernambucana transformou os rios, principalmente o Capibaribe - que unia a cidade aos seus subúrbios -, em um caminho importante, por onde eram transportadas pessoas e mercadorias, como o açúcar produzido nos engenhos, materiais para aterros e edificações, e até água potável, que vinha do rio Beberibe. Dessa forma, os transportes fluviais, como a canoa, eram de suma importância para o cotidiano da cidade. Mas, o crescimento da capital e sua expansão territorial foram exigindo o uso de novas formas de circular na urbe, com a abertura de estradas e o melhoramento dos transportes. Quanto à expansão física do Recife, o historiador Raimundo Arrais explica:

Foi seguindo aquele mesmo eixo delineado no momento do nascimento da cidade, descrevendo um desenho radical, articulando o porto à região próxima e ao interior. Formando-se ao longo das margens do Rio Capibaribe e Beberibe, sobretudo, mas também de outros menores, como Afogados e Jordão, os povoados iam-se ligando mais firmemente à capital para constituir-se no que se chamaria arrabalde, originando-se do dilaceramento das áreas dos primitivos engenhos que cobriam toda a região que circundava o Recife, a partir da área da Boa Vista. (ARRAIS, 2004, p.118)

Mensurar com exatidão o crescimento da capital pernambucana, da primeira para a segunda metade do Oitocentos, é tarefa difícil. Os censos do período eram imprecisos. As contagens eram realizadas por padres, juízes de paz, subdelegados, agentes dos aparelhos administrativos e repressivos e seus prepostos. Não faltaram reconfigurações das unidades políticas e judiciais, no período do Império, o que modificava, constantemente, o tamanho das freguesias e atrapalhava as estatísticas. As declarações para os censos também não eram precisas, já que muitas famílias não declaravam com exatidão o número de escravos que possuíam, com medo de pagar muitos impostos, nem o número de filhos homens, receando o recrutamento pelo serviço militar, como explica o historiador Marcus Carvalho:

Nenhum lugar, todavia, escapa dos erros mais frequentes nos censos do século dezenove. O primeiro deles era subestimar a população escrava – fato óbvio, ninguém

queria dizer quantos tinha, temendo ter que pagar algum imposto. Isso se agravaria depois de 1831, quando o tráfico tornou-se ilegal. O segundo é subestimar a população masculina livre, pois as famílias evitavam enumerar corretamente os filhos varões, temendo o recrutamento para o serviço militar – o imposto de sangue, como se dizia na época. (CARVALHO, 2010, p. 46)

Em decorrência das fragilidades dos censos do Oitocentos, é impossível medir o tamanho do crescimento da capital pernambucana, mas é possível analisar essa realidade, confrontando dados de censos publicados nos anos de 1828 e 1856. A população do Recife (bairros do Recife, Santo Antônio e Boa Vista), em 1856, cresceu quase 60% em relação ao ano de 1828. O número de escravizados permaneceu estável, mas a população livre teve um crescimento de mais de 80%, segundo Carvalho:

De acordo com aqueles dados de 1856, a população dos três bairros somados subiu para 40.977 habitantes, contra 25.678 listados em 1828. Isso significa um aumento populacional de 59,5 por cento em menos de trinta anos. Desse total de 1856, 33.270 habitantes eram “livres”, e 7.707, escravos, enquanto que, em 1828, havia 17.743 “livres”, e 7.935 escravos, distribuídos entre os três bairros. (CARVALHO, 2010, p.73)

O aumento expressivo da população do Recife é decorrente do fluxo de imigrantes do interior em busca de oportunidades econômicas na cidade, trajeto comum ao longo da história, mas que teve fatores que influenciaram seu aumento no século XIX. Após a abertura dos portos, em 1808, as cidades portuárias, como o Recife, ganharam mais dinamismo. O comércio varejista da capital pernambucana cresceu, além do fato de que, após a Independência, mais empregos surgiram nas cidades, em consequência da nova configuração política, jurídica e administrativa. Estes fatores, além do magnetismo natural da urbe, ajudaram a intensificar a migração de pessoas da zona rural para a urbana. (CARVALHO, 2010, p. 76). O crescimento do Recife, como dito, começa a exigir a utilização de novos meios de locomoção. Antes mesmo do século XIX, a cadeirinha de arruar - cadeira coberta, conduzida por negros escravizados - era uma forma comum de transporte individual na cidade, que se mantém no Oitocentos. Meio de transporte exclusivo dos mais ricos, assim como as carruagens, a cadeirinha de arruar era a escolha preferida das damas recifenses da alta sociedade da época, que podiam circular pela cidade sem terem sua privacidade invadida. Mas, além dos transportes individuais da elite, o transporte coletivo começa a ganhar reforços no período, com as já citadas aberturas de vias terrestres. Assim, as canoas deixam de ser a única forma de deslocamento possível para a maior parte da população da cidade, que não podia arcar com os custos das cadeirinhas de arruar nem das carruagens. “No Recife do século 19 assistimos o aparecimento daquele ônibus puxado por animais, com rodas de madeira, e paralelamente o bonde de burros, correndo sobre trilhos. Eram transportes coletivos.” (MENEZES, 2015, p.111). Os bondes puxados pela força animal circulavam dentro dos limites da cidade, mas as distâncias maiores eram realizadas pelo trem urbano.

A máquina a vapor nos levou ao trem urbano, usado para vencer distâncias entre as cidades e do centro da cidade do Recife para os seus subúrbios mais distantes. Era responsável por tal tipo de transporte a Companhia de Trilhos Urbanos. A concessão para instalar trilhos urbanos nesse gênero de transporte foi concedida inicialmente ao referido Cláudio Dubeux e a Manuel Buarque de Macedo. Não conseguiram cumprir a concessão. O barão do Livramento, Antônio Luís dos Santos, e José Bernardino Guedes Alcoforado obtiveram tal privilégio em 1863. A linha inicial foi do Recife até a povoação dos Apipucos. (MENEZES, 2015, p.114)

Conhecidos como “maxambombas”, os trens foram modificando o traçado da capital pernambucana. Os terrenos por onde passavam iam sendo valorizados e o que era o distante “mato” começava a se transformar em acessível arrabalde. As pessoas queriam morar nestes lugares, antes negligenciados pela população. E os sítios deixavam de ser locais de veraneio e de festas para se transformarem em bairros residenciais. O centro da cidade também ganhava mais dinamicidade, já que a facilidade de transporte permitia o aumento na freguesia, no caso do comércio. E os teatros e as festas ganhavam maior número de frequentadores. As ruas, que eram locais de encontro e de atividades diversas dos moradores da cidade, passavam a ser dominadas pelos transportes. As novidades nos meios de locomoção pela cidade eram encaradas como sinônimo de progresso e ajudavam na mudança de hábitos antigos, não só no que diz respeito à circulação dos transeuntes, mas também no tocante a questões morais, como o confinamento das mulheres dentro de casa. Sobre o assunto, o cronista Mário Sette comenta:

O hábito de sair de casa para compras, para consultas ao médico, para tratamento dos dentes, mesmo a passeio, seria restrito depois de haver sido por longos séculos proibido e pecaminoso. Mas o século XIX, já de início, se prometia revolucionário pelas terras do Brasil, mormente pelas de Pernambuco, até nas usanças e na guerra aos preconceitos. (SETTE, 1978, p.16)

As mudanças de hábitos não se restringiam à maior liberdade para as mulheres. Os sepultamentos em igrejas começavam a ser condenados pelos médicos do Recife, já que eram creditados pelos profissionais de saúde, na época, como um dos hábitos responsáveis por diversas epidemias que acometiam os recifenses, em especial o cólera. O ano de 1856, quando a maioria dos pesquisadores afirma ter sido o da chegada da epidemia na cidade, foi marcado pela morte de 3.336 pessoas pela cólera asiática. A epidemia teria irrompido em Garanhuns, em dezembro de 1855, por intermédio de dois homens vindos da vila de Pão de Açúcar, em Alagoas. A propagação foi se dando pela migração terrestre de indivíduos acometidos pelo cólera, pelo interior de Pernambuco, e, em janeiro de 1856, chegou à cidade de Jaboatão para, logo depois, explodir no Recife. Segundo o historiador Orlando Parahym, o Recife do século XIX foi a capital brasileira que reuniu os maiores índices de mortandade do país. “Chegou-se, em 1856, no tempo em que grassou a terrível epidemia de cólera, a proibir o dobre de finados nos sinos das igrejas a fim de não espavorir mais ainda a população acometida pelo terror pânico despertado pela pavorosa mortandade” (PARAHYM, 1978, p.189).

Dentro das novas perspectivas sanitárias, mesmo com a rejeição de grande parte

da população devido à força da tradição religiosa, o cemitério público de Santo Amaro começou a ser construído em 1850, sendo aberto em março de 1851. Além do fim dos sepultamentos em igrejas, outras regras de convivência passavam a ser impostas, com a justificativa de fazer a urbe progredir. Foram determinados pontos específicos para os despejos, as casas passaram a ser numeradas, os divertimentos tornaram-se mais diversos. As novas edificações e as transformações que vão sendo vividas pelos recifenses vão fazendo com que a cidade vá ganhando novas formas. Medidas de estética exigiam largura nas ruas e travessas novas: 40 palmos para as ruas e 60 palmos para as travessas. Começaram a serem abertas novas comunicações, como a da Esperança, na Boa Vista, que hoje é a Conde da Boa Vista. As mudanças estruturais pelas quais passavam o Recife foram apenas um dos fenômenos do processo de modernização da cidade. O “progresso” podia ser observado pelo uso de água encanada, com a instalação de chafarizes pela cidade; pela iluminação mais eficiente, com o uso de gás carbônico, ao invés do azeite de peixe; e pela utilização do ferro e do vidro nas construções, como no caso das pontes e de prédios hoje históricos da capital. O ferro era um material novo, ligado à revolução industrial, que representava o progresso buscado pelas elites recifenses, por isso, o uso do ferro nas edificações da cidade oitocentista ajudava a construir a fisionomia de urbe do progresso.

No ano de 1859, o velho sistema de iluminação pública por meio de lampiões a óleo de peixe ou azeite de carrapateira vai sendo substituído pelas lâmpadas a gás carbônico. De acordo com Parahym, a primeira rua recifense iluminada a gás carbônico foi a rua Nova, no bairro de Santo Antônio, que foi seguida das ruas do bairro do Recife e das primeiras ruas da Boa Vista, em agosto do mesmo ano. “Os subúrbios continuavam com os lampiões a óleo de peixe ou azeite de carrapateira (mamona)” (PARAHYM, 1978, p.83). Em novembro do mesmo ano, a então província de Pernambuco recebeu a visita do imperador Dom Pedro II, que veio com a imperatriz Teresa Cristina e uma comitiva imperial. O monarca ficou sediado no Recife, por 32 dias, e passou por várias cidades da região. A viagem para as províncias do Norte do país (nesse período o Brasil era dividido apenas em Norte e Sul) tinha o intuito de conhecer a região e evitar o enfraquecimento político da monarquia e trouxe conseqüências positivas, principalmente, para o Recife, como a melhoria da iluminação pública e a aceleração de obras na cidade. O imperador tinha interesse em conhecer mais sobre o nosso passado holandês e inspirou, pela sua curiosidade, a criação do atual Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

A fundação do Instituto Arqueológico resultou, pode-se dizer sem falsear a história, do interesse demonstrado pelo Imperador Pedro II, quando visitou Pernambuco no ano de 1859, em conhecer alguns fatos ligados ao passado glorioso desta terra. Assim foi que, em 1862, criou-se a Sociedade Arqueológica que logo passou a denominar-se Instituto Arqueológico e Geográfico, tendo sido escolhido presidente o Monsenhor Francisco Muniz Tavares, um dos bravos revolucionários de 1817. (PARAHYM, 1978, p.87-88)

O Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, no entanto, não é a

única obra relacionada à área da educação que foi realizada no período da segunda metade do Oitocentos. No ano de 1852, criou-se a Biblioteca Pública, cuja primeira localização foi no Liceu Provincial, que deu origem ao Ginásio Pernambucano, onde funcionava o Hospital Paraíso, situado na atual Avenida Dantas Barreto. A construção foi de suma importância para o desenvolvimento da tradição literária em Pernambuco, já que com a criação da Biblioteca Pública Provincial, através da Lei nº 293 de 1852, as tipografias eram obrigadas a lhe remeterem um exemplar de todas as publicações editadas na província.

O Curso Jurídico, que funcionava em Olinda, instalado inicialmente no Mosteiro de São Bento, no ano de 1828, foi transferido, em 1854, para o Recife. Os Cursos Jurídicos, que surgiram concomitantemente em Olinda e na cidade de São Paulo, representaram as primeiras instâncias de Ensino Superior no país. O Brasil já era independente, mas culturalmente ainda não tinha se desvincilhado de Portugal, a partir do momento em que os filhos da terra ainda precisavam estudar em Coimbra. A vinda da Academia para o Recife é, portanto, de grande valor para o fortalecimento da cidade como a mais importante da província. “Em 30 de maio de 1854, traslada-se a Academia para um velho casarão (o ‘pardieiro’, como diziam na época) na rua do Hospício, no Recife. Passou a chamar-se, desde então, Faculdade de Direito.” (PARAHYM, 1978. P.74).

As mudanças intelectuais, culturais e estruturais da cidade irão influenciar no desenvolvimento de novas formas de diversão e de interação social, e novos espaços de sociabilidades e gastronomia farão parte desse Recife em formação. Utilizado genericamente como a capacidade humana de viver em sociedade, de interagir, o termo sociabilidades ganha caráter histórico e sociológico com o historiador francês Maurice Agulhon, no seu estudo sobre a burguesia francesa do século XIX. Agulhon analisa a reunião de homens da burguesia ascendente, pós Revolução Francesa, em cafés, ainda no século XVIII, e no que ele chama de círculos burgueses, que são as associações de funcionários, profissionais liberais e políticos, no século XIX. Estes espaços seriam os “substitutos” dos salões aristocráticos, em que as famílias nobres desfrutavam de momentos de ócio, cultura e discussões literárias e políticas antes do período revolucionário, quando o país era governado por uma monarquia poderosa.

Nos salões franceses, os aristocratas ricos recebiam familiares e amigos próximos, da mesma situação social, com regularidade, assumindo todos os gastos desses encontros. A burguesia não podia prover esse tipo de reunião e os cafés e as livrarias eram os locais para a discussão literária e política dos homens burgueses do século XIX. A partir de 1830, os círculos burgueses começam a florescer, com a formalização desses debates e encontros, informais, realizados nos cafés. Esses círculos darão origem às associações profissionais, tão comuns nos dias atuais. “La diferencia – como ya hemos dicho e incluso repetido - entre el grupo de habitués de un café y el grupo de abonados de un círculo no es más que la que hay entre lo ‘informal’ y lo ‘formal’” (AGULHON, 2009, p.106). Assim, enquanto nos cafés os encontros eram informais, mesmo que os clientes fossem

habituais, nos círculos havia uma formalização dos participantes, que não eram apenas frequentadores, mas também sócios das associações.

As diferenças entre os cafés e os círculos, como espaços de socialização, era apenas estrutural, de informalidade e formalidade, respectivamente, contando com as mesmas características sociológicas de representarem locais de encontro para discussões literárias, culturais, políticas, ou ainda, espaços de ócio da burguesia contemporânea. Mesmo mais democráticas do que as dos salões aristocráticos, onde o anfitrião era rico o suficiente para receber os convivas e arcar com todos os gastos, as sociabilidades dos cafés e círculos burgueses eram reservadas aos homens, excluindo as mulheres e as crianças, que tinham lugar nos salões da nobreza europeia. Segundo Agulhon, essa realidade também pode ser explicada pela nova formação burguesa da sociedade, que aposta na educação masculina como forma de garantir o progresso rápido da sua situação econômica. Segundo ele:

El auge de los burgueses, em cambio, en esa época suele implicar el auge de las familias que construyen su fortuna y que, para construirla lo más rápido posible, educan primero a los hijos. Esa desigualdad intelectual entre hermano y hermana se reproducirá entre los cónyuges (AGULHON, 2009, p.103).

Dessa forma, Agulhon defende que as famílias burguesas apostavam na educação dos filhos, para construir mais rapidamente suas fortunas, gerando uma desigualdade intelectual entre irmãos e irmãs, que será reproduzida entre os cônjuges. Mesmo com a separação entre os sexos, as sociabilidades burguesas em públicos como os cafés, permitiam um avanço no acesso mais democrático dos convivas.

No Brasil, apenas o Rio de Janeiro contou com uma vida palaciana sólida, com a instalação da família real, no ano de 1808. As festas, os bailes e as reuniões da corte tiveram lugar nesse Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. Em Pernambuco, a elite rural, da monocultura da cana de açúcar, é o que temos de mais aproximado a essa lógica aristocrática, onde os senhores de engenho recebiam os convidados, em suas casas, e arcavam com todos os gastos dessas sociabilidades. Mas, diferentemente dos salões europeus, as mulheres ficavam excluídas desses momentos de convivialidade, como afirma o sociólogo Gilberto Freyre:

A senhora de engenho quase nunca aparecia aos estranhos, é verdade; era entrar homem estranho em casa e ouvia-se logo o ruído de saias de mulher fugindo, o barulho de moças de chinelo sem meia se escondendo pelos quartos ou subindo as escadas. O que se dava tanto nos sobrados das cidades como nos engenhos. (FREYRE, 2004, p.144)

No século XIX, com a valorização do espaço urbano e a crise açucareira, algumas áreas onde se plantava cana vão sendo incorporadas à cidade, já que a terra valia mais para a moradia do que para o plantio (CARVALHO, 2010, p.48). Alguns dos antigos engenhos vão se transformando em bairros, em meados do Oitocentos, e muitas famílias abastadas possuíam seus sítios nestas localidades, onde reuniões luxuosas como as dos

antigos engenhos eram realizadas. Mas, nos bairros centrais da capital pernambucana (bairros do Recife e de Santo Antônio), os sobrados estreitos exigiam outros espaços para a convivência social. Neste contexto de modernização, de ampliação de área urbana do Recife, e de mudanças de hábitos pelos quais passavam os moradores da cidade, novos locais de sociabilidades, mais “modernos” e “adequados” ao novo tempo, passavam a ocupar as ruas da cidade. Entre eles, o restaurante. O historiador Frederico Toscano lembra que este tipo de espaço de sociabilidade já podia ser encontrado no Recife de meados do século XIX:

Essa invenção parisiense já podia ser encontrada no Recife mesmo em meados do século 19, mais precisamente em 1858, trazida pelo cozinheiro francês conhecido como Auguste, que abriu, na capital pernambucana, o seu Restaurant Français, no Cais da Lingueta, área da cidade onde se concentravam hotéis e casas de pasto francesas e inglesas. (TOSCANO, 2014, p.68)

A invenção parisiense do restaurante surgiu das ideias iluministas e cientificistas que faziam com que a sociedade se preocupasse cada vez mais com a saúde. Os caldos restauradores, os *restaurants*, que poderíamos classificar como consomês, são os responsáveis pelo surgimento de estabelecimentos que hoje conhecemos como restaurantes. O historiador Frederico Toscano explica que, na França do século XV, uma das formas mais indicadas para se tratar doenças como indisposição, fraqueza, apatia, e também para nutrir estômagos sensíveis, era o consumo de caldos restauradores. As receitas incluíam carnes diversas, tais como presunto e vitela, além de alguma ave como capão, galinha, perdiz ou faisão, cozidos lentamente junto com improváveis pedras preciosas que o médico responsável pudesse, porventura, requerer no preparo do caldo. Os séculos XVII e XVIII barateariam as receitas, dispensando o uso de joias em sua cocção, mas mantendo o caráter medicinal da preparação. Explica Toscano:

Criava-se assim um serviço altamente específico, que visava a restaurar, através da alimentação, as forças dos combatidos comensais. Essa nova modalidade de estabelecimento, que prezava pela manutenção física dos seus clientes, exigia ambiente e serviço diferenciados daqueles das ruidosas tavernas, coloridas sobreviventes dos tempos medievais, com mesas longas, bancos coletivos, conversas ao pé da lareira e escassas opções de alimentação. Ao redor de uma pequena xícara de concentrado semilíquido de carne, mudanças profundas se faziam sentir, inaugurando uma nova faceta da urbanidade parisiense. (TOSCANO, 2014, p.71)

O surgimento do estabelecimento restaurante foi vinculado a questões de saúde, mas, com o tempo, as casas foram se especializando de acordo com o alimento que serviam para atrair e garantir a fidelidade do seu público. O espaço passou a garantir sociabilidades distintas e o público feminino, antes aprisionado nas casas, começou a ter, nos restaurantes, um local de socialização. As mesas menores, com a individualização do serviço e a valorização da privacidade dos frequentadores, foram importantes atrativos para as mulheres e, também, para as famílias. O público que, inicialmente, procurava os estabelecimentos pelos caldos, começou a buscar experiências gastronômicas e um

privilegiado espaço de sociabilidades. As bodegas, as tabernas e os cafés, com seus espaços abarrotados, onde políticos e intelectuais discutiam política, notícias e fofocas, e bebiam, eram espaços de sociabilidades não apropriados para uma verdadeira dama francesa. Dessa forma, os restaurantes, com suas mesas menores, seus serviços individualizados, onde se comia em público, mas com a garantia de ter a privacidade preservada, passam a ser o recinto “adequado” para as damas e as famílias européias.

No Recife da segunda metade do Oitocentos, os restaurantes passavam a ser uma realidade cada vez mais comum, já que a cidade crescia e a praticidade de fazer refeições sem precisar voltar para casa, nem cumprir horários tão rígidos, começou a ser uma necessidade cada vez mais frequente. O espaço também permitia sociabilidades diversas e muitos estabelecimentos prezavam pela preocupação em manter um ambiente apropriado para as famílias da elite local. Este tipo negócio, que é também um espaço de gastronomia e de sociabilidades que passou a ganhar um público crescente na segunda metade do século XIX, dividia lugar com os estabelecimentos dedicados ao café, não só no Recife, mas no mundo inteiro.

A descoberta do café é rodeada de lendas, mas a versão mais difundida é a de que Kaldi, um pastor de cabras da Etiópia, no Nordeste da África, teria observado o efeito estimulante que as folhas e frutos de um determinado arbusto produzia em suas cabras. O pastor teria provado o fruto e descoberto o café. A lenda está registrada em manuscritos do Iêmen, datados de 575 (MARTINS, 2008, p.18). O descobrimento foi na África, mas o domínio da técnica de plantio e de preparação do café é mérito dos asiáticos. A infusão da bebida só seria realizada no ano 1000, já na Península Arábica, e o processo de torrefação, essencial para a bebida que conhecemos hoje, só foi desenvolvido no século XIV. Já o hábito de tomar a bebida como forma de bem-estar ganha vez apenas no século seguinte, como explica a historiadora Ana Luiza Martins:

O hábito de tomar café como bebida prazerosa, em caráter doméstico ou em recintos coletivos, deslancharia a partir de 1450. O produto era apropriado para a cultura árabe-islâmica, pois vinha ao encontro dos preceitos religiosos do islamismo ditados pelo Alcorão, que condenava bebidas alcoólicas (MARTINS, 2008, p.21)

O surgimento do café como estabelecimento acontece apenas no final do século XV, com a abertura do Kiva Han, considerado a primeira cafeteria do mundo. O local teria sido aberto em 1475, na Turquia, país responsável pela popularização da bebida como um “ritual de sociabilidade”. O século XVII será responsável pela chegada do café na Europa, cuja porta de entrada foi a cidade de Veneza, no ano de 1615, já que a cidade era o grande mercado de especiarias e artigos de luxo, centro difusor de produtos finos distribuídos para as cortes europeias da época. “Já se conhecia então a prática da torrefação e da moagem, e, dessa forma, o café passou a ser consumido.” (MARTINS, 2008, p.25). A Inglaterra será a pioneira no hábito dos cafés públicos. Na Londres da segunda metade do século XVII, as coffeehouses já eram locais de reunião de homens

de negócios e intelectuais. Mas, com o desenvolvimento da cultura do chá na Inglaterra, o protagonismo dos cafés como importantes espaços de sociabilidades passará a ser realizado pela França. “Sabe-se que, em 1720, só Paris possuía 380 estabelecimentos, que chegariam a 900 no final daquele século, ocasião em que a França concentrava 27 milhões dos 175 milhões de habitantes europeus.” (MARTINS, 2008, p.30).

No Brasil, um dos maiores exportadores atuais de café do mundo, a chegada do grão deve-se à Francisco de Melo Palheta, funcionário do império português, que teria trazido as primeira sementes de café, no ano de 1727, para o Pará. Durante boa parte do século XVIII, a propagação do cultivo de café limitou-se às regiões Norte e Nordeste do país, onde os solos e as altitudes não eram os mais adequados. Mas o incentivo à produção viria mais tarde, com a crise da mineração e da indústria açucareira, que vinha sofrendo forte concorrência externa. No ano de 1760, o desembargador do Maranhão, João Alberto de Castelo Branco, teria distribuído mudas do grão, no Rio de Janeiro, quando foi iniciado o cultivo do café nessa região. (MARTINS, 2008, p.35-47). A transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, em 1808, foi essencial para a propagação da cultura do café no país. Com o evento histórico, o Brasil deixou de ser uma colônia e passou a integrar o Reino Unido de Portugal e Algarves e os portos do país foram abertos para o comércio exterior. “E foi através do café que o Brasil se apresentou ao mundo” (MARTINS, 2008, p.52).

Os primeiros estabelecimentos voltados para a venda do café, no país, surgiram ainda no período da colônia, em meados do século XVIII, no Rio de Janeiro. Eram locais com má fama, vistos como primos dos botequins, onde imperavam bebidas alcoólicas e frequência duvidosa. Foram se difundindo e diversificando com o crescimento da vida urbana. São Paulo, a atual capital brasileira do café, demorou mais a conhecer o estabelecimento, que foi sendo introduzido pelos quiosques, cópia dos modelos cariocas, portáteis, armações de madeira que, por vezes, se moviam sobre rodas. “Desde 1872, requeria-se da Câmara licença para esses pontos-de-venda, que se estabeleceram nos largos da Memória, da Misericórdia, da Cadeia, na Estação da Luz, áreas de maior movimento” (MARTINS, 2008, p.181).

Mais comuns no século XX, os cafés começam a fazer parte da cena social recifense ainda no século anterior. Estes estabelecimentos eram espaços eminentemente masculinos, nos quais eram discutidos os assuntos da ordem do dia, as notícias, as fofocas. Políticos, homens de negócios e profissionais liberais, como médicos, advogados, jornalistas e comerciantes tinham nos cafés um local de encontro, divertimento e de bebedeira. Os espaços integravam, juntos aos restaurantes, importantes locais de sociabilidades e de gastronomia da cidade. Esses espaços fizeram parte do processo de modernização do Recife e fazem parte da memória da cidade.

REFERÊNCIAS

- AGULHON, M. **El Círculo burguês: La sociabilidad em Francia, 1810-1848**. Buenos Aires: SigloVeintiuno Editores Argentina, 2009.
- ARRAIS, R. **O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: A aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CARVALHO, M J M. **Liberdade: Rotinas e Rupturas do Escravismo no Recife, 1822-1850**. Recife: Editora UFPE, 2010.
- ELIAS, N. **O Processo Civilizador, Volume 1: Uma História dos Costumes**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- FREYRE, G. **Sobrados e Mucambos: decadência e desenvolvimento do urbano**. São Paulo: Global, 2003
- MARTINS, A. L. **História do Café**. São Paulo: Contexto, 2008
- MENEZES, J. L. M. **Mobilidade urbana no Recife e seus arredores**. Recife: Cepe Editora, 2015
- PARAHYM, O. **Traços do Recife – ontem e hoje**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1978.
- REZENDE, A. P. **(Des)encantos Modernos - Histórias da cidade do Recife na década de vinte**. Recife: Ed. UFPE, 2016.
- SETTE, M. **Arruar – História pitoresca do Recife Antigo**. Rio de Janeiro: Livraria-Editôra da Casa do Estudante do Brasil, 1978.
- TOSCANO, F.O. **À Francesa - A Belle Époque do comer e do beber no Recife**. Recife: Cepe Editora, 2014.

ÍNDICE REMISSIVO

A

África 114, 115, 117, 119, 123, 124, 129, 130, 163

Annales 9, 63, 96, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 124

Autoridade 1, 26, 28, 66, 129, 130

B

Bakuba 114, 117, 119, 120, 121

Baluba 114, 119, 120, 121

Biografia 61, 64, 70, 105, 111

Bonpland 58, 61, 62, 63

Brasil Industrial 7, 9, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 179, 181, 182

C

Casamento 1, 2, 3, 5, 6, 7, 10

Cidadania 7, 9, 28, 31, 66, 76, 81, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95

Colonização 7, 8, 1, 2, 13, 100, 105, 141, 142, 143, 151

Cultura Política 64, 65, 73

E

Eduardo Suplicy 7, 9, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94

Esquecimento 8, 44, 58, 59, 60, 61, 63, 75, 77, 83, 137

Europa 3, 23, 24, 25, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 51, 62, 81, 98, 99, 101, 108, 129, 130, 154, 155, 163

F

Fábrica 73, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 181, 182

Família 1, 2, 5, 6, 10, 17, 50, 51, 55, 65, 91, 92, 121, 122, 148, 151, 161, 174

Famílias Livres 8, 12, 15, 18, 20

Frederick Starr 7, 9, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 121, 124

G

Gastronomia 9, 153, 160, 163, 164

Gustavo Barroso 7, 8, 64, 68, 72

H

História 2, 7, 1, 10, 14, 21, 26, 49, 50, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 80, 82, 85, 86, 93, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105,

106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 116, 117, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 153, 154, 157, 159, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 177, 182, 183
Historicismo 9, 96, 97, 99, 102, 103, 109, 111

I

ideal ascético 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47
Identidade 9, 26, 30, 31, 64, 65, 68, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 82, 83, 84, 94, 96, 105, 137, 140, 146, 150, 168, 170, 181
Iluminismo 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 154
Integração 8, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 52, 83, 89, 142
Intelectual 9, 49, 50, 55, 68, 69, 86, 87, 88, 89, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 101, 105, 107, 109, 110, 112, 127, 133, 134, 155, 161

L

Lei 7, 8, 6, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 61, 79, 87, 88, 90, 92, 93, 94, 142, 148, 160, 168

M

Memória 7, 8, 8, 58, 59, 60, 61, 63, 65, 66, 67, 68, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 106, 153, 164, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 177, 181
Mestiçagem 1, 6, 7, 8, 9
Militares 32, 64, 68, 70, 81, 83, 148

N

Nacionalismo 7, 64, 67, 72, 151
Nada 6, 16, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 47, 48, 55, 122

O

Ocupação Territorial 12, 20, 141

P

Paracambi 7, 9, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 176, 177, 181, 182
Patrimônio 9, 13, 69, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 85, 116, 125, 126, 127, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 166, 167, 170, 171, 172, 173, 177, 181
Pobres 7, 8, 12, 15, 16, 18, 20, 21, 89, 155, 156

Q

Querer 35, 38, 39, 40, 41, 47, 48, 136

R

Razão 4, 5, 36, 39, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 65, 73, 87, 94, 101, 155

Recife 7, 9, 12, 85, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165

S

Senador 7, 9, 86, 87, 90, 91, 92, 93, 94

Sérgio Buarque de Holanda 7, 9, 96, 98, 99, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112

Sociabilidades 9, 65, 86, 88, 124, 153, 160, 161, 162, 163, 164

Sociedade Civil 34, 49, 51, 53, 89

Sufrimento 7, 8, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47

T

Tempo 8, 2, 10, 14, 15, 21, 44, 51, 53, 55, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 77, 97, 99, 101, 106, 107, 112, 117, 120, 126, 135, 138, 140, 150, 154, 158, 162, 168, 169, 170, 172, 173

Terras 7, 8, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 79, 98, 103, 115, 119, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 137, 138, 141, 142, 143, 144, 148, 149, 158, 169

Tolerância Religiosa 49

U

União Europeia 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34

V

Voltaire 7, 8, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57

Vontade 4, 27, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 99

 **Atena**
Editora

2 0 2 0